



Escola de Administração
Fazendária

CONCURSO PÚBLICO
Ministério do Trabalho e Emprego
2003

Auditor-Fiscal do Trabalho

Prova 3

INSTRUÇÕES

Nome: _____ Nº Inscrição: _____

- 1 - Escreva seu nome e número de inscrição, de forma legível, nos locais indicados.
- 2 - O CARTÃO DE RESPOSTAS não será substituído e deve ser assinado no seu verso.
- 3 - **DURAÇÃO DA PROVA: 3 horas**, incluído o tempo para preenchimento do CARTÃO DE RESPOSTAS.
- 4 - Neste caderno, as questões estão numeradas de **01 a 60**, seguindo-se a cada uma 5 (cinco) opções (respostas), precedidas das letras **a, b, c, d e e**.
- 5 - No CARTÃO DE RESPOSTAS, as questões estão representadas por seus respectivos números. Preencha, **FORTEMENTE**, com caneta esferográfica (tinta azul ou preta), **toda a área correspondente à opção de sua escolha**, sem ultrapassar seus limites.
- 6 - Não amasse nem dobre o CARTÃO DE RESPOSTAS; evite usar borracha.
- 7 - Será anulada a questão cuja resposta contiver emenda ou rasura, ou para a qual for assinalada mais de uma opção.
- 8 - Ao receber a ordem do Fiscal de Sala, confira este CADERNO com muita atenção, pois nenhuma reclamação sobre o total de questões e/ou falhas na impressão será aceita depois de iniciada a prova.
- 9 - Durante a prova, não será admitida qualquer espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos, tampouco será permitido o uso de qualquer tipo de equipamento (calculadora, tel. celular etc.).
- 10 - Por motivo de segurança, somente durante os **trinta minutos que antecedem o término da prova**, poderão ser copiados os seus assinalamentos feitos no CARTÃO DE RESPOSTAS, conforme subitem 6.10 do edital.
- 11 - Entregue este CADERNO DE PROVA, juntamente com o CARTÃO DE RESPOSTAS, ao Fiscal de Sala, quando de sua saída, que não poderá ocorrer antes de decorrida uma hora do início da prova; a não-observância dessa exigência acarretará a sua exclusão do concurso.
- 12 - Este caderno de prova está assim constituído:

Disciplinas	Questões	Peso
Direito do Trabalho	01 a 40	2
Economia do Trabalho	41 a 50	
Sociologia do Trabalho	51 a 60	

Boa Prova !

DIREITO DO TRABALHO

01- A relação de emprego é compreendida:

- a) como o negócio jurídico bilateral, firmado entre determinada empresa de prestação de serviços terceirizados e os respectivos tomadores de serviços.
- b) como o negócio jurídico bilateral, celebrado entre duas pessoas naturais ou jurídicas, pelo qual um deles se obriga a prestar serviços habituais em favor do outro, de acordo com as ordens que lhe forem dirigidas, mediante pagamentos periódicos.
- c) como o negócio jurídico bilateral, celebrado entre uma pessoa física e uma pessoa natural ou jurídica, pelo qual obriga-se o primeiro a prestar serviços habituais em favor do segundo, segundo as ordens que lhe forem repassadas, mediante pagamentos periódicos.
- d) como o negócio jurídico bilateral, firmado para a execução de obra certa, por pessoa física, mediante o pagamento de quantia fixa previamente ajustada.
- e) como o negócio jurídico bilateral, destinado à execução – por pessoa natural ou jurídica, de forma habitual e onerosa – de atividades inerentes aos fins normais do negócio explorado pelo contratante.

02- Não é considerado empregado(a):

- a) O trabalhador que presta serviços habituais, onerosos e subordinados a determinada instituição de beneficência, mantida com contribuições e doações de terceiros.
- b) A costureira que presta serviços em seu domicílio a determinada empresa de confecção, comparecendo uma vez por semana à sede da empresa, tendo seu trabalho controlado em razão das cotas de produção estabelecidas e da qualidade das peças produzidas.
- c) O trabalhador que presta serviços como morador em determinada residência familiar, de forma pessoal, contínua e onerosa.
- d) O trabalhador contratado por empresa especializada em fornecer mão-de-obra temporária a outras empresas, em razão de necessidades transitórias de substituição de pessoal regular ou para atender a acréscimo extraordinário de tarefas.
- e) A pessoa física que exerce por conta própria, de modo pessoal e habitual, atividade urbana em favor de determinada empresa.

03- Considera-se empregador:

- a) A empresa individual ou coletiva que admite trabalhadores como empregados, dirigindo suas atividades e com eles dividindo os riscos do empreendimento.
- b) As associações recreativas que, mesmo não objetivando lucro, contratam trabalhadores avulsos.
- c) Os profissionais liberais que atuam em suas próprias residências, contando com o auxílio de secretárias.
- d) Solidário a empresa que, embora não contraindo trabalhadores como empregados, integra o mesmo grupo econômico de outra, que conta com o auxílio de empregados.
- e) O tomador de serviços eventuais prestados em atividades necessárias aos melhores resultados de seu empreendimento.

04- A propósito da jornada de trabalho, assinale a opção correta.

- a) Os titulares da relação de emprego podem pactuar livremente a duração da jornada de trabalho, desde que observem parâmetros de razoabilidade e proporcionalidade.
- b) Os limites legais da jornada de trabalho podem ser alterados pelos contratantes, ainda que em prejuízo do trabalhador, mas, nesse caso, deverá ele estar assistido por seu sindicato profissional.
- c) As negociações coletivas podem estabelecer regras relativas à duração do horário de trabalho, mas a aplicação dessas disposições aos contratos individuais de trabalho está condicionada à concordância expressa de trabalhadores e empregadores, sob pena de ineficácia da cláusula normativa correspondente.
- d) A jornada de trabalho fixada em lei pode ser objeto de ampliação mediante ajuste entre empregado e empregador, desde que respeitado o máximo de duas horas diárias, as quais deverão ser pagas com adicional mínimo de 50%.
- e) Em casos excepcionais, em que a preservação do contrato dependa da dilação horária sem a remuneração correspondente, pode o trabalhador renunciar ao crédito resultante desse labor.

05- Sobre as hipóteses de prorrogação e compensação da jornada de trabalho e seus efeitos, assinale a opção correta.

- a) Mediante acordo individual firmado entre trabalhador e empregador, é lícita a adoção de regime de prorrogação e compensação da jornada, de tal sorte que não seja suplantado o limite semanal máximo previsto em lei.
- b) O acordo tácito celebrado entre empregado e empregador, destinado a viabilizar a adoção de regime de prorrogação e compensação de jornada, apenas será válido se não for suplantado o limite semanal máximo previsto em lei.
- c) O limite diário para a dilação da jornada diária é de duas horas, razão por que eventuais horas excedentes desse limite, embora devam ser pagas, não poderão ser computadas para fins reflexos sobre o FGTS.
- d) A adoção de regime de prorrogação e compensação de jornada concomitantemente à prestação habitual de horas excedentes é perfeitamente válida, apenas sendo devido o pagamento dessas últimas, não alcançadas pelo acordo celebrado.
- e) Apenas por acordo e convenção coletivos de trabalho é possível prever regimes de prorrogação e compensação da jornada para as trabalhadoras mulheres.

06- A propósito do regime de trabalho em turnos ininterruptos de revezamento, aponte a opção correta.

- a) Por ser prejudicial à sua saúde, ao trabalhador é lícito contratar o labor em regime de turnos de revezamento ininterrupto, desde que a jornada fique limitada ao máximo de 08 horas diárias.
- b) Em caso de necessidade imperiosa, resultante do incremento de seus negócios, pode o empregador determinar o labor em turnos ininterruptos de revezamento.
- c) O labor em turnos ininterruptos de revezamento apenas pode ser implementado mediante prévia previsão em negociação coletiva.
- d) A concessão de folga semanal ou a interrupção da atividade empresarial aos domingos descaracteriza o regime de turnos ininterruptos de revezamento.

- e) Ainda que a atividade empresarial seja explorada de forma ininterrupta, a vinculação do trabalhador a um turno específico de trabalho descaracteriza o regime diferenciado, afastando as regras especiais correspondentes.

07- Sobre as regras que definem a duração das jornadas especiais de trabalho, assinale a opção incorreta.

- a) A jornada dos bancários, sujeita ao limite diário máximo de 06 horas, deve ser prestada entre o período de 07h às 22h, assegurado o intervalo diário de 15 min de intervalo para refeição.
- b) Os jornalistas profissionais devem trabalhar por, no máximo, 05 horas noturnas e 06 horas diurnas, facultada a ampliação da jornada em uma hora diária, com o pagamento suplementar correspondente.
- c) O trabalho executado em minas de subsolo não deve exceder de seis horas diárias ou trinta e seis semanais, computando-se como serviço efetivo o tempo gasto no deslocamento entre a boca da mina e o local de trabalho e vice-versa.
- d) Os operadores cinematográficos e seus ajudantes devem trabalhar por, no máximo, seis horas diárias, das quais cinco horas ficam reservadas ao labor consecutivo em cabina (durante o funcionamento cinematográfico) e uma hora, no máximo, destinada à limpeza e lubrificação dos aparelhos de projeção ou revisão dos filmes.
- e) Os tripulantes de embarcações da marinha mercante nacional estão sujeitos à jornada de oito horas diárias, que deve ser prestada de modo contínuo ou intermitente, nesse último caso com duração mínima de 01 hora, entre 0 e 24 horas, de acordo com o critério definido pelo comandante.

08- Com relação ao direito às férias, aponte a opção correta.

- a) Durante as férias, é facultado ao empregador descontar as faltas injustificadas ao trabalho, verificadas ao longo do período aquisitivo, caso essa possibilidade tenha sido prevista no contrato de trabalho.
- b) O período destinado ao gozo das férias, em que não há trabalho, é computado como tempo de serviço para fins exclusivamente previdenciários.
- c) No regime de tempo parcial, a duração das férias será reduzida à metade quando o trabalhador tiver faltado injustificadamente ao serviço por mais de cinco dias.
- d) Perde o direito às férias o empregado que deixa de trabalhar por 30 dias ou mais, sem prejuízo salarial, em razão da paralisação total ou parcial das atividades da empresa.
- e) O período de afastamento resultante de prisão preventiva do trabalhador deve ser considerado na definição da duração das férias, ainda que posteriormente seja absolvido em juízo.

09- Em relação ao estágio, regido pela Lei nº 6.494/77 e pelo Decreto nº 87.497/82, aponte a opção incorreta.

- a) O estágio deve ser formalizado em termo de compromisso firmado entre o estudante e a parte concedente, com a interveniência obrigatória da instituição de ensino.
- b) Ainda que o estágio não crie vínculo de emprego, a concessão de bolsa ou qualquer outra forma de contraprestação, aliada ao cumprimento de horário certo e específico, compatível com o horário de funcionamento da instituição concedente, determinará o reconhecimento da relação de emprego.
- c) Apenas será válido o estágio quando realizado em unidade que tenha condição de proporcionar experiência prática na linha de formação do estagiário.
- d) É obrigatória a celebração de seguro contra acidentes pessoais em favor do estagiário, pela instituição de ensino ou pela entidade pública ou privada concedente da oportunidade do estágio.
- e) A obtenção e a realização de estágio não estão condicionadas ao pagamento de qualquer taxa pelo estudante.

10- Em relação às regras legais alusivas à duração do contrato de trabalho, aponte a opção correta.

- a) Os contratos por prazo determinado apenas podem ser prorrogados uma única vez, sob pena de se transformarem em contratos por prazo indeterminado.
- b) Quando celebrado de forma tácita, o contrato terá vigência indeterminada, ainda que justificado pelo notório caráter transitório da atividade empresarial.
- c) Quando firmado de modo expresso, mas sem os registros devidos na CTPS do trabalhador, o contrato não poderá ter caráter experimental.
- d) Será sempre por prazo indeterminado o contrato que suceder, dentro de seis meses, a outro contrato por prazo determinado.
- e) O contrato de trabalho resultante do aumento periódico das atividades patronais será firmado por prazo determinado, devendo observar o limite máximo de seis meses.

11- A propósito das regras legais que tratam da suspensão e da interrupção do contrato de trabalho, assinale a resposta certa.

- a) O afastamento do emprego por período superior a seis meses, em razão de licença requerida pelo trabalhador, desobriga o empregador de conceder-lhe as vantagens atribuídas à categoria no período.
- b) O empregado aposentado por invalidez tem seu contrato interrompido durante o período necessário à efetivação do benefício, desde que possa retornar ao emprego caso recupere a capacidade laborativa.
- c) A suspensão do labor em razão de férias configura hipótese de interrupção contratual, ainda que não haja a prestação laboral devida pelo empregado no período.
- d) Há interrupção contratual quando o empregado deixa de prestar serviços em razão de eleição para cargo de direção sindical, não recebendo salários de seu empregador.
- e) Considera-se suspenso o contrato durante o período necessário à tramitação de inquérito judicial para apuração de falta grave de dirigente sindical, ao final julgado improcedente.

12- Em relação ao trabalho portuário, disciplinado na Lei nº 9.719/98, aponte a opção incorreta.

- a) Os serviços de capatazia, estiva e de conferência de carga, nos portos organizados, apenas podem ser executados por trabalhadores portuários com vínculo empregatício por prazo indeterminado ou por trabalhadores portuários avulsos.
- b) Apenas podem ser admitidos como trabalhadores portuários com vínculo de emprego por prazo indeterminado os trabalhadores portuários avulsos inscritos em cadastros mantidos pelos órgãos gestores de mão-de-obra.
- c) Os serviços de conserto de cargas e de vigilância das embarcações, nos portos organizados, podem ser objeto de terceirização pelo órgão gestor de mão-de-obra.
- d) O valor da remuneração dos trabalhadores portuários avulsos deve ser fixado em negociação entre as entidades representativas dos trabalhadores portuários avulsos e dos operadores portuários.
- e) A seleção e o registro de trabalhadores portuários avulsos, realizados pelo órgão de gestão de mão-de-obra, devem ser feitos de acordo com as normas fixadas em contrato, convenção ou acordo coletivo de trabalho.

13- Em relação ao adicional de insalubridade, aponte a opção correta.

- a) De acordo com a CLT, o trabalho em condições de agressão à saúde gera direito à percepção de adicional, da ordem de 30% do salário.
- b) O trabalho nos denominados sistemas elétricos de potência justifica a concessão do adicional de insalubridade, em razão do risco permanente à saúde do trabalhador.
- c) Havendo acordo ou convenção coletiva fixando o piso salarial para determinada categoria, o adicional de insalubridade deverá ser sobre ele calculado.
- d) O direito ao adicional de insalubridade não pode ser cumulado com o adicional de periculosidade, cabendo ao empregado exercer a opção pelo recebimento de um desses adicionais.
- e) Pago regularmente o adicional de insalubridade, nenhuma medida de caráter administrativo poderá ser imposta pelos órgãos do Ministério do Trabalho.

14- A propósito do trabalho em condições perigosas, aponte a opção incorreta.

- a) O contato episódico com explosivos gera direito à percepção de adicional, dada a possibilidade de ocorrência de infortúnio nessas ocasiões.
- b) Ainda quando discutida em juízo, a apuração da periculosidade deve ser feita por perito registrado no Ministério do Trabalho.
- c) O exercício de qualquer atividade que exija do trabalhador o contato físico e exposição aos efeitos da eletricidade, possibilitando riscos de incapacitação, invalidez permanente ou morte, gera direito à percepção do adicional de periculosidade.
- d) O adicional de periculosidade tem natureza salarial, devendo ser computado para fins de FGTS.
- e) Os trabalhadores que atuam nos postos de abastecimento de combustível, operando as bombas de gasolina, têm direito ao adicional de periculosidade.

15- Considerando as regras legais que informam a proteção dos salários, aponte a opção incorreta.

- a) Ressalvado o pagamento realizado mediante crédito em conta bancária e a parte salarial concedida em utilidades, o salário deve ser pago na moeda corrente do País em que prestado o serviço, considerando-se não feito se realizado de forma diversa.
- b) É lícito o desconto realizado a título de adiantamento salarial, ainda quando concedido sem requerimento do trabalhador.
- c) Em caso de prejuízo causado pelo empregado, o desconto apenas será lícito se houver dolo do empregado.
- d) Os descontos salariais resultantes de preceitos de acordo e convenção coletivos de trabalho, incidentes sobre os salários de trabalhadores não sindicalizados, apenas serão lícitos quando previamente autorizados por esses empregados.
- e) O trabalhador com idade inferior a 18 anos de idade não está autorizado a conceder a quitação dos salários sem a assistência de seus representantes, com a ressalva de que a rescisão de seu contrato apenas será válida se contar com a assistência do sindicato ou na presença de representante do Ministério do Trabalho.

16- Em relação às parcelas que compõem a remuneração e o salário, assinale a opção correta.

- a) As gorjetas – espontaneamente concedidas pelos clientes ou cobradas aos clientes como adicional nas contas, a qualquer título, e destinadas à distribuição aos empregados – integram o salário do empregado, devendo ser consideradas para o cálculo das horas-extras eventualmente prestadas.
- b) A habitação concedida pelo empregador como condição necessária para a execução do contrato detém natureza salarial, sendo que o valor correspondente, para os fins reflexos devidos, não pode ser arbitrado em montante superior a 25% do salário contratual do empregado.
- c) As comissões vinculadas a transações firmadas em prestações sucessivas, exigíveis apenas após o pagamento de cada uma das parcelas convencionadas, integram a remuneração do empregado, não gerando qualquer repercussão sobre férias e gratificações natalinas.
- d) Os valores gastos com a educação do empregado, excepcionados os relativos a livros e outros materiais didáticos, integram o salário do empregado para todos os efeitos legais.
- e) O transporte concedido pelo empregador para o deslocamento do empregado de sua residência ao trabalho, e vice-versa, não configura salário utilidade, ainda quando haja transporte público servindo o mesmo percurso.

17- A propósito das situações que possibilitam o acesso do trabalhador ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), previstas na Lei nº 8.036/90, assinale a opção incorreta.

- a) Atingindo o trabalhador a idade de 70 anos, terá acesso automático ao FGTS, independentemente de estar ou não empregado.
- b) A extinção normal do contrato a termo, inclusive quando firmado por trabalhador temporário regido pela Lei nº 6.019/74, autoriza o acesso aos depósitos do FGTS.
- c) A declaração de nulidade do contrato de trabalho firmado entre o trabalhador e empresa pública, decorrente da ausência de prévia aprovação em concurso público de provas ou de provas e títulos, não gera direito ao saque do FGTS.
- d) Quando o trabalhador ou qualquer de seus dependentes for portador do vírus HIV, terá direito ao saque do FGTS, ainda que a moléstia decorra da utilização de drogas injetáveis.

- e) Tratando-se de trabalhador avulso, por período igual ou superior a 90 dias, comprovada por declaração do sindicato representativo da categoria profissional, viabiliza o acesso ao FGTS.

18- Em relação às regras informativas da rescisão dos contratos de trabalho, aponte a opção incorreta.

- a) Configurada a justa causa para a rescisão do contrato, as verbas rescisórias devidas serão pagas no dia útil imediato ao término do contrato, sob pena de multa equivalente à maior remuneração auferida pelo empregado.
- b) Quando o contrato tiver duração superior a um ano, sendo executado em Brasília/DF, o pedido de demissão – ou o recibo de quitação da rescisão – apenas será válido se contar com a assistência do sindicato profissional ou perante autoridade do Ministério do Trabalho.
- c) Rescindido o contrato por iniciativa do trabalhador, dispensado do cumprimento do aviso prévio, as verbas rescisórias serão pagas no prazo de dez dias.
- d) A quitação da rescisão do contrato de trabalho concedida pelo empregado, sem quaisquer ressalvas, é válida apenas em relação às parcelas e valores expressamente consignados no recibo correspondente.
- e) Eventuais débitos mantidos pelo empregado poderão ser descontados por ocasião da rescisão contratual, observado, porém, o limite máximo equivalente a um mês de sua remuneração.

19- Com base na Lei nº 7.783/89, que regula o exercício do direito de greve, assinale a opção incorreta.

- a) Entre as atividades essenciais – assim consideradas, entre outras, as ligadas ao transporte coletivo, aos serviços funerários e às telecomunicações –, o exercício do direito de greve será considerado abusivo quando não comunicado aos empregadores e usuários com antecedência mínima de 72 horas.
- b) A participação do trabalhador em greve determina a interrupção do contrato de trabalho enquanto durar a paralisação, ficando as relações obrigacionais do período submetidas à regência de acordo, convenção, laudo arbitral ou decisão da Justiça do Trabalho.
- c) É vedada a paralisação das atividades por iniciativa do empregador (*lockout*), com o objetivo de frustrar negociação ou dificultar o atendimento das reivindicações dos respectivos empregados.
- d) Compete à entidade sindical correspondente convocar a assembléia geral que definirá as reivindicações e deliberará sobre a paralisação das atividades, observadas as formalidades para a convocação da assembléia e o quórum para deliberação previstos em seus estatutos.
- e) Não constitui abuso do direito de greve a paralisação realizada na vigência de acordo, convenção ou sentença normativa da Justiça do Trabalho, que objetive exigir o cumprimento de cláusula pactuada ou condição estabelecida ou ainda que decorra da superveniência de fato novo ou acontecimento imprevisto, que afete substancialmente as relações de trabalho.

20- A propósito dos instrumentos de negociação coletiva, assinale a opção incorreta.

- a) Apenas quando frustrada a negociação coletiva será lícita a qualquer dos atores desse processo negocial a propositura de dissídio coletivo perante os tribunais do trabalho.
- b) As convenções coletivas de trabalho constituem acordos de caráter normativo, pelo qual dois ou mais sindicatos representativos de categorias econômicas e profissionais estipulam condições de trabalho aplicáveis às relações individuais de trabalho, celebradas no âmbito de suas respectivas representações.
- c) Com prazo máximo de dois anos de vigência, os instrumentos coletivos de negociação devem ser depositados no Ministério do Trabalho, apenas entrando em vigor três dias após esse depósito.
- d) As categorias profissionais não organizadas em sindicatos devem ser representadas nas negociações coletivas pelas Federações, Confederações ou, ainda, pelos órgãos do Ministério Público do Trabalho.
- e) As condições estabelecidas em convenções coletivas de trabalho, quando mais benéficas, prevalecerão em relação às estipuladas em acordos coletivos de trabalho.

21- 1) Normas jurídicas emanadas da Conferência Internacional da OIT com propósito de fixar regras gerais e de feição obrigatória para os Estados deliberantes que participam de seu ordenamento interno, observados os ditames constitucionais pertinentes. 2) Normas da OIT de caráter precário e facultativo, que não criam direitos e obrigações, pois, em face do número insuficiente de adesões, não lograram transformar-se em Convenção. A par disso, passa a ter validade apenas como mera indicação ao Estado em ordem a orientar seu direito interno. Está-se falando respectivamente de:

- a) Convenções e Recomendações Internacionais.
- b) Tratados e Convenções Internacionais.
- c) Convenções e Declarações Internacionais.
- d) Convenções e Resoluções Internacionais.
- e) Regulamentos e Convenções Internacionais.

22- Quanto às funções desenvolvidas pelos órgãos que compõem a OIT, assinale a opção correta.

- a) A Conferência constitui órgão meramente administrativo que se reúne sempre que necessário em local fixado pelo Conselho Geral.
- b) A Conferência constitui órgão consultivo que se reúne sempre que necessário em local estabelecido pelo Conselho de Administração.
- c) A Conferência constitui órgão deliberativo que se reúne sempre que necessário em local determinado pela Corte de Administração.
- d) A Conferência constitui órgão deliberativo que se reúne sempre que necessário em local estabelecido pelo Conselho de Administração.
- e) A Conferência constitui órgão consultivo que se reúne sempre que necessário em local fixado pelo Departamento Internacional do Trabalho.

23- No que tange à composição da OIT, é correto afirmar que:

- a) é composta de dois órgãos, a saber: Conferência ou Assembléia Geral e a Repartição Internacional do Trabalho.
- b) é composta de dois órgãos, a saber: Conferência ou Assembléia Geral e Departamento Internacional do Trabalho.
- c) é composta de três órgãos, a saber: Conferência ou Assembléia Geral, Conselho de Administração e Departamento Internacional do Trabalho.
- d) é composta de três órgãos, a saber: Conferência ou Assembléia Geral, Conselho de Administração e Repartição Internacional do Trabalho.
- e) é composta de três órgãos, a saber: Conferência ou Conselho Geral, Repartição Internacional do Trabalho e Corte de Administração.

24- Segundo entendimento estratificado na Convenção 29 da OIT pertinente ao Trabalho Forçado ou Obrigatório, é incorreto afirmar:

- a) que o significado da expressão “trabalho forçado ou obrigatório” não compreenderá qualquer trabalho ou serviço militar exigido em virtude da legislação atinente ao serviço militar obrigatório e que alcance apenas trabalhos de caráter meramente militar.
- b) que o significado da expressão “trabalho forçado ou obrigatório” não compreenderá qualquer trabalho ou serviço exigido de um cidadão como consequência de condenação pronunciada por decisão judicial, ainda que os aludidos serviços não sejam executados sob a fiscalização e o controle das autoridades públicas, bem como que o referido indivíduo seja posto à disposição de particulares e de empresas.
- c) que o significado da expressão “trabalho forçado ou obrigatório” não compreenderá qualquer serviço exigido nas hipóteses de força maior, ou seja, em caso de guerra, de sinistro, ou ameaças de sinistro, tais como, incêndios, inundações, fome, tremores de terra, epidemias, epizootias, invasões de animais, de insetos ou de parasitas vegetais daninhos, e em geral todas as circunstâncias que ponham em perigo a vida ou as condições normais de existência, de toda ou de parte da população.
- d) que o significado da expressão “trabalho forçado ou obrigatório” não compreenderá pequenos trabalhos de uma comunidade, ou sejam, serviços prestados no interesse direto da coletividade pelos membros desta, trabalhos que, como tais, podem ser considerados obrigações cívicas normais dos membros da coletividade, desde que a própria população ou seus representantes diretos tenham direito de se pronunciar acerca da necessidade desses serviços.
- e) que o significado da expressão “trabalho forçado ou obrigatório” não compreenderá qualquer trabalho ou serviço que faça parte das obrigações normais dos cidadãos de um país plenamente soberano.

25- Na forma da Convenção 81 da OIT que trata da Inspeção do Trabalho na Indústria e no Comércio, é correto afirmar:

- a) que o pessoal de inspeção será constituído exclusivamente de trabalhadores da iniciativa privada.
- b) que o pessoal de inspeção poderá ser composto por trabalhadores da iniciativa privada e funcionários públicos com estabilidade no emprego.
- c) que o pessoal de inspeção será composto preferencialmente por funcionários públicos sem estabilidade.
- d) que o pessoal de inspeção será composto preferencialmente por trabalhadores da entidade inspecionada.
- e) que o pessoal de inspeção será composto de funcionários públicos cujo estatuto e condições de serviços lhes assegurem a estabilidade nos seus empregos e os tornem independentes de qualquer mudança de governo ou de qualquer influência de ordem externa.

26- Para efeito da Convenção 148 da OIT que trata da Proteção dos Trabalhadores Contra os Riscos Profissionais Devidos à Contaminação do Ar no Local de Trabalho, marque a opção correta.

- a) A expressão “contaminação do ar” se refere ao ar contaminado por substâncias, que gasosas e líquidas, sejam nocivas à saúde ou contenham qualquer outro tipo de perigo.
- b) O termo “ruído” compreende apenas som que provoque perda total de audição.
- c) O termo “vibrações” compreende toda vibração transmitida ao organismo humano por estruturas não sólidas.
- d) O termo “vibrações” compreende toda vibração transmitida ao organismo humano por estruturas sólidas, ainda que não seja nociva à saúde.
- e) A expressão “contaminação do ar” se refere ao ar contaminado por substâncias que, qualquer que seja seu estado físico, sejam nocivas à saúde ou contenham qualquer outro tipo de perigo.

27- Não compete às autoridades de direção do Sistema Federal de Inspeção do Trabalho:

- a) organizar, coordenar, avaliar e controlar as atividades de auditoria e as auxiliares da inspeção do trabalho.
- b) elaborar planejamento estratégico das ações da inspeção do trabalho no âmbito de sua competência.
- c) divulgar amplamente nos meios de comunicação os resultados das inspeções realizadas bem como as medidas eventualmente adotadas ou sugeridas.
- d) proferir decisões em processo administrativo resultante de ação de inspeção do trabalho.
- e) receber denúncias e, quando for o caso, formulá-las e encaminhá-las aos demais órgãos do poder público.

28- Considerando o disposto no Decreto nº 4.552, de 27/12/2002, que aprovou o Regulamento da Inspeção do Trabalho, assinale a opção correta.

- a) É vedado às autoridades de direção do Ministério do Trabalho e Emprego conferir aos Auditores-Fiscais do Trabalho encargos ou funções diversas das que lhes são próprias, ainda que para o desempenho de cargos de direção, de função de chefia ou de assessoramento.
- b) Excepcionalmente as autoridades de direção do Ministério do Trabalho e Emprego poderão conferir atribuição de inspeção do trabalho a servidor não pertencente ao Sistema Federal de Inspeção do Trabalho.
- c) As notificações de débitos e outras decorrentes da ação fiscal deverão ser lavradas obrigatoriamente no local da inspeção.
- d) O procedimento especial para a ação fiscal terá início com a notificação, pela chefia da fiscalização, para comparecimento das pessoas sujeitas à inspeção do trabalho, à sede da unidade descentralizada do Ministério do Trabalho e Emprego.
- e) Não se considera procedimento especial para a ação fiscal aquele que tem como escopo a mera orientação acerca do cumprimento das leis de proteção ao trabalho, bem como a prevenção e o saneamento de infrações à legislação.

29- Não constitui atividade auxiliar de apoio operacional à inspeção do trabalho, a cargo dos Agentes de Higiene e Segurança do Trabalho, prevista no Decreto nº 4.552, de 27/12/2002, que aprovou o Regulamento da Inspeção do Trabalho, a seguinte tarefa:

- a) orientação às pessoas sujeitas à inspeção do trabalho sobre instalação e funcionamento das Comissões Internas de Prevenção de Acidentes (CIPA) e dimensionamento dos Serviços Especializados em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho (SESMT).
- b) acompanhamento das ações de prevenção desenvolvidas pela unidade descentralizada do Ministério do Trabalho e Emprego.
- c) análise e investigação das causas dos acidentes de trabalho e das doenças ocupacionais, bem como as situações com potencial para gerar tais eventos.
- d) participação em estudos e análises sobre as causas de acidentes do trabalho e de doenças profissionais.
- e) comunicação, de imediato e por escrito, à autoridade competente de qualquer situação de risco grave e iminente à saúde ou à integridade física dos trabalhadores.

30- No que concerne ao Procedimento Especial para a Ação Fiscal previsto no Decreto nº 4.552, de 27/12/2002, que aprovou o Regulamento da Inspeção do Trabalho, é correto afirmar que:

- a) não poderá ser adotada fiscalização indireta na execução de programa especial para a ação fiscal.
- b) o procedimento especial para a ação fiscal destinada à prevenção ou saneamento de infrações à legislação poderá resultar na lavratura de termo de compromisso que estipule as obrigações assumidas pelo compromissado e os prazos para seu cumprimento.
- c) o procedimento especial para a ação fiscal poderá ser instaurado pelo Auditor-Fiscal do Trabalho quando concluir pela ocorrência de motivo grave ou relevante que impossibilite ou dificulte o cumprimento da legislação trabalhista por pessoas ou setor econômico sujeito à inspeção do trabalho, sem anuência da chefia imediata.
- d) se considera fiscalização mista aquela realizada por meio de sistema de notificações para a apresentação de documentos nas unidades descentralizadas do Ministério do Trabalho e Emprego.

- e) se considera fiscalização direta aquela iniciada com a visita ao local de trabalho e desenvolvida mediante notificação para apresentação de documentos nas unidades descentralizadas do Ministério do Trabalho e Emprego.

31- Considerando o disposto no Decreto nº 4.552, de 27/12/2002, que aprovou o Regulamento da Inspeção do Trabalho, compete aos Auditores Fiscais, em todo o território nacional:

- a) coletar materiais e substâncias nos locais de trabalho para fins de análise, bem como apreender equipamentos e outros itens relacionados com a segurança e saúde no trabalho, lavrando o respectivo termo de apreensão.
- b) colaborar na elaboração de recomendações sobre segurança e saúde no trabalho.
- c) promover levantamento de dados para fins de cálculo dos coeficientes de frequência e gravidade dos acidentes.
- d) participar nas reuniões das CIPAS das pessoas sujeitas à inspeção do trabalho, como representantes da unidade descentralizada do Ministério do Trabalho e Emprego.
- e) proceder levantamento e análise das condições de risco das pessoas sujeitas à inspeção do trabalho.

32- Considerando o entendimento sedimentado na jurisprudência sumulada do Colendo TST, assinale a opção correta.

- a) A interrupção do trabalho destinada a repouso e alimentação, dentro de cada turno, ou o intervalo para repouso semanal descaracterizam o turno de revezamento com jornada de 6 horas previsto no art. 7, inciso XIV, da Constituição da República de 1988.
- b) Integram o salário, pelo seu valor total e para efeitos indenizatórios, as diárias de viagem que excedam a 60% (sessenta por cento) do salário do empregado.
- c) Os dias de férias, gozados após o período legal de concessão, serão remunerados de forma simples.
- d) O adicional noturno, ainda que habitual, não integra o salário do empregado para todos os efeitos.
- e) Nula é a cláusula contratual que fixa determinada importância ou percentagem para atender englobadamente vários direitos legais ou contratuais do trabalhador.

33- Assinale a opção correta considerando a jurisprudência sumulada do Colendo TST.

- a) O pagamento das férias, integrais, não gozadas, na vigência da Constituição da República de 1988, não se sujeita ao acréscimo do terço previsto em seu artigo 7, inciso XVII.
- b) O pagamento das férias, integrais ou proporcionais, não gozadas, mesmo antes da vigência da Constituição da República de 1988, sujeitava-se ao acréscimo do terço previsto em seu artigo 7, inciso XVII.
- c) O pagamento das férias, integrais ou proporcionais, gozadas ou não, na vigência da Constituição da República de 1988, sujeita-se ao acréscimo do terço previsto em seu artigo 7, inciso XVII.
- d) O pagamento das férias, proporcionais, não gozadas, na vigência da Constituição da República de 1988, não se sujeita ao acréscimo do terço previsto em seu artigo 7, inciso XVII.
- e) O pagamento das férias, proporcionais, não gozadas, na vigência da Constituição da República de 1988, somente sujeita-se ao acréscimo do terço das férias previsto em seu artigo 7, inciso XVII, desde que requerida por escrita ao empregador.

34- Na forma da jurisprudência sumulada do Colendo TST, aponte a opção correta.

- a) Ainda que caracterizada a hipótese de dispensa do empregado por justa causa, a extinção do contrato de trabalho sujeita o empregador ao pagamento da remuneração das férias proporcionais, desde que completo o período aquisitivo de doze meses.
- b) Salvo na hipótese de dispensa do empregado por justa causa, a extinção do contrato de trabalho sujeita o empregador ao pagamento da remuneração das férias proporcionais, ainda que incompleto o período aquisitivo de doze meses.
- c) Ainda que configurada a hipótese de dispensa do empregado por justa causa, a extinção do contrato de trabalho sujeita o empregador ao pagamento da remuneração das férias proporcionais, ainda que incompleto o período aquisitivo de doze meses.
- d) Salvo na hipótese de dispensa do empregado por justa causa, a extinção do contrato de trabalho, com mais de um ano, sujeita o empregador ao pagamento da remuneração das férias proporcionais, desde que completo o período aquisitivo de doze meses.

- e) Salvo na hipótese de dispensa do empregado por justa causa, a extinção do contrato de trabalho, com mais de um ano, sujeita o empregador ao pagamento da remuneração das férias proporcionais, ainda que incompleto o período aquisitivo de doze meses.

35- Considerando a jurisprudência sumulada do Colendo TST, indique a opção correta.

- a) A contratação de trabalhadores por empresa interposta é ilegal, formando-se o vínculo diretamente com o tomador dos serviços, mesmo na hipótese de trabalho temporário previsto na Lei nº 6.019, de 03/01/74.
- b) A contratação irregular de trabalhador, através de empresa interposta, não gera vínculo de emprego com os órgãos da Administração Pública Direta, Indireta ou Fundacional (art. 37, inciso II da Constituição da República), salvo se existente a pessoalidade e subordinação direta.
- c) O inadimplemento das obrigações trabalhistas, por parte do empregador, implica na responsabilidade subsidiária do tomador dos serviços, quanto àquelas obrigações, inclusive quanto aos órgãos da administração direta, das autarquias, das fundações públicas, das empresas públicas e das sociedades de economia mista, ainda que não hajam participado da relação processual e não constem do título executivo judicial (art. 71 da Lei nº 8.666/93).
- d) O inadimplemento das obrigações trabalhistas, por parte do empregador, implica na responsabilidade solidária do tomador dos serviços, quanto àquelas obrigações, inclusive quanto aos órgãos da administração direta, das autarquias, das fundações públicas, das empresas públicas e das sociedades de economia mista, desde que hajam participado da relação processual e constem também do título executivo judicial (art. 71 da Lei nº 8.666/93).
- e) O inadimplemento das obrigações trabalhistas, por parte do empregador, implica na responsabilidade subsidiária do tomador dos serviços, quanto àquelas obrigações, inclusive quanto aos órgãos da administração direta, das autarquias, das fundações públicas, das empresas públicas e das sociedades de economia mista, desde que hajam participado da relação processual e constem também do título executivo judicial (art. 71 da Lei nº 8.666/93).

36- Tendo em vista a jurisprudência sumulada do Colendo TST, aponte a opção correta.

- a) No regime de revezamento, as horas trabalhadas em seguida ao repouso semanal de vinte e quatro horas, sem prejuízo do intervalo mínimo de onze horas consecutivas para descanso entre jornadas, devem ser remuneradas como extraordinárias, inclusive com o respectivo adicional.
- b) No regime de revezamento, as horas trabalhadas em seguida ao repouso semanal de vinte e quatro horas, com prejuízo do intervalo mínimo de doze horas consecutivas para descanso entre jornadas, devem ser remuneradas como extraordinárias, inclusive com o respectivo adicional.
- c) No regime de revezamento, as horas trabalhadas em seguida ao repouso semanal de vinte e quatro horas, com prejuízo do intervalo mínimo de onze horas consecutivas para descanso entre jornadas, devem ser remuneradas como extraordinárias, todavia sem o respectivo adicional.
- d) No regime de revezamento, as horas trabalhadas em seguida ao repouso semanal de vinte e quatro horas, com prejuízo do intervalo mínimo de onze horas consecutivas para descanso entre jornadas, devem ser remuneradas como extraordinárias, inclusive com o respectivo adicional.
- e) No regime de revezamento, as horas trabalhadas em seguida ao repouso semanal de dezoito horas, com prejuízo do intervalo mínimo de onze horas consecutivas para descanso entre jornadas, devem ser remuneradas como extraordinárias, inclusive com o respectivo adicional.

37- Considerando a jurisprudência sumulada do Colendo TST, aponte a opção incorreta.

- a) A contribuição para o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço incide sobre a remuneração mensal devida ao empregado, com exceção das horas-extras e adicionais eventuais.
- b) É inválida a concessão do Aviso Prévio na fluência da garantia de emprego, ante a incompatibilidade dos dois institutos.
- c) A remuneração do serviço complementar, habitualmente prestado, integra o cálculo da gratificação natalina prevista na Lei nº 4.090, de 1962.
- d) O adicional noturno, pago com habitualidade, integra o salário do empregado para todos os efeitos legais.

- e) A contribuição para o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço incide sobre a remuneração mensal devida ao empregado, inclusive horas-extras e adicionais eventuais.

38- Tendo em vista a jurisprudência sumulada do Colendo TST, aponte a opção correta.

- a) O simples fornecimento do aparelho de proteção pelo empregador não o exime do pagamento do adicional de insalubridade, cabendo-lhe tomar as medidas que conduzam à diminuição ou eliminação da nocividade, entre as quais as relativas ao uso efetivo do equipamento pelo empregado.
- b) O simples fornecimento do aparelho de proteção pelo empregador o exime do pagamento do adicional de insalubridade, cabendo-lhe tomar as medidas que conduzam à diminuição ou eliminação da nocividade, entre as quais as relativas ao uso efetivo do equipamento pelo empregado.
- c) O simples fornecimento do aparelho de proteção pelo empregador não o exime do pagamento do adicional de insalubridade, cabendo-lhe tomar as medidas que conduzam à diminuição ou eliminação da nocividade, entre as quais não se inserem as relativas ao uso efetivo do equipamento pelo empregado.
- d) O simples fornecimento do aparelho de proteção pelo empregador não o exime do pagamento do adicional de insalubridade, cabendo-lhe tomar as medidas que conduzam somente à eliminação total da nocividade.
- e) O simples fornecimento do aparelho de proteção pelo empregador não o exime do pagamento do adicional de periculosidade, cabendo-lhe tomar as medidas que conduzam à diminuição ou eliminação da periculosidade, entre as quais as relativas ao uso efetivo do equipamento pelo empregado.

39- Tendo em vista a jurisprudência sumulada do Colendo TST, aponte a opção correta.

- a) É legal substituir o período que se reduz da jornada de trabalho, no aviso prévio, pelo pagamento das horas correspondentes.
- b) Extinto, automaticamente, o vínculo empregatício com a cessação das atividades da empresa, os salários só são devidos até a data da extinção.
- c) O contrato de experiência pode ser prorrogado, respeitado o limite máximo de 60 (sessenta) dias.

- d) A reclassificação ou descaracterização da insalubridade, por ato da autoridade competente, não repercute na satisfação do respectivo adicional, visto que configura ofensa a direito adquirido ou ao princípio da irredutibilidade salarial.
- e) Extinto, automaticamente, o vínculo empregatício com a cessação das atividades da empresa, os salários só são devidos até a data da homologação da rescisão contratual.

40- No que tange à prevenção e fadiga inserta no capítulo atinente à Segurança e Medicina do Trabalho da Consolidação das Leis do Trabalho, é correto afirmar:

- a) é de 50kg (cinquenta quilogramas) o peso máximo que um empregado pode remover individualmente, ressalvadas as disposições especiais relativas ao trabalho do menor e da mulher.
- b) é de 70kg (setenta quilogramas) o peso máximo que um empregado pode remover individualmente, ressalvadas as disposições especiais relativas ao trabalho do menor e da mulher.
- c) quando o trabalho deva ser executado de pé, os empregados terão à sua disposição assentos para serem utilizados nas pausas que o serviço permitir.
- d) quando o trabalho deva ser executado de pé, o empregador não está obrigado a fornecer assentos para serem utilizados nas pausas que o serviço permitir.
- e) é de 30kg (trinta quilogramas) o peso máximo que um empregado pode remover individualmente, ainda que o serviço seja prestado por mulher ou menor.

ECONOMIA DO TRABALHO

41- De acordo com o IBGE, os trabalhadores desalentados são aqueles que desistem de procurar emprego porque:

- a) não encontram qualquer tipo de trabalho ou não encontram trabalho com remuneração adequada ou de acordo com suas qualificações.
- b) não pertencem a nenhum sindicato.
- c) não estão dispostos a trabalhar, independentemente do salário, pois valorizam o lazer acima de todas as coisas.

- d) trabalharam efetivamente menos de 40 horas em todos os trabalhos da semana de referência.
- e) trabalharam efetivamente mais de 40 horas em todos os trabalhos da semana de referência.

42- No Brasil, o mercado informal de trabalho tem crescido porque:

- a) a demanda de mão-de-obra do setor informal é infinitamente inelástica em relação ao salário real.
- b) as empresas que operam no setor informal estão operando a plena capacidade.
- c) os trabalhadores do setor informal são mais eficientes que os do setor formal.
- d) os custos trabalhistas do setor formal são muito elevados.
- e) os salários pagos no setor informal são mais elevados.

43- No longo prazo a demanda por trabalho é mais elástica em relação ao salário do que no curto prazo. Isso é verdade porque, em longo prazo, quando o salário sobe:

- a) a empresa contratará mais mão-de-obra.
- b) a empresa terá lucro zero.
- c) a empresa adquirirá mais capital.
- d) a empresa pode estabelecer o preço dos produtos.
- e) a empresa terá lucro maior do que zero.

44- Suponha que a produtividade marginal do trabalho pode ser expressa pela seguinte função: $10/L$, onde L é a quantidade de mão-de-obra. Se a empresa vende sua produção em um mercado competitivo a um preço de \$8, quanta mão-de-obra contratará a empresa se o salário for de \$5 por unidade de mão-de-obra?

- a) 16 unidades de mão-de-obra.
- b) 4 unidades de mão-de-obra.
- c) 6,25 unidades de mão-de-obra.
- d) 10 unidades de mão-de-obra.
- e) 8 unidades de mão-de-obra.

45- A oferta de trabalho passa a ter inclinação negativa porque, quando o salário real fica suficientemente elevado,

- a) o custo de oportunidade do lazer passa a ser menor.
- b) o efeito substituição e o efeito renda atuam na mesma direção.
- c) o efeito substituição se torna maior que o efeito renda.
- d) o lazer passa a ser um bem "inferior".
- e) o efeito renda se torna maior do que o efeito substituição.

46- Uma determinada empresa é monopolista para uma nova patente de produtos farmacêuticos. Se a demanda por esses produtos for $P = 25 - 2Q$, e a função de produção a curto prazo for $Q = 4L$ (Q representa a quantidade produzida ou vendida e L a quantidade de mão-de-obra), a demanda de trabalho dessa empresa poderá ser expressa pela seguinte equação (W representa o salário nominal):

- a) $W = 100 - 4L$
- b) $W = 100 - 64L$
- c) $W = 25 - 4L$
- d) $W = 25 - 8L$
- e) $W = 100 - 8L$

47- Suponha que a utilidade de um indivíduo possa ser representada por $U = R \cdot H_{\text{lazer}}$, onde R é a renda e H_{lazer} as horas de lazer. Além disso, sabemos que esse indivíduo divide as horas totais de seu dia entre horas de trabalho e horas de lazer ($H_{\text{trabalho}} + H_{\text{lazer}} = 24$) e que sua renda está determinada pela taxa nominal de remuneração por horas trabalhadas (W) vezes o número de horas trabalhadas ($R = W \cdot H_{\text{trabalho}}$). Assim, a curva de oferta de mão-de-obra desse indivíduo poderá ser expressa por:

- a) $H_{\text{trabalho}} = 12 - W$
- b) $H_{\text{trabalho}} = 24 - W$
- c) $H_{\text{trabalho}} = 24$
- d) $H_{\text{trabalho}} = 12$
- e) $H_{\text{trabalho}} = 12 + W$

48- A diferenciação compensatória dos salários existe porque:

- a) os trabalhadores têm poder monopsonico.
- b) existem ocupações que apresentam aspectos indesejáveis para os trabalhadores.
- c) a taxa de desemprego involuntário é elevada.
- d) as empresas que contratam têm poder monopólico.
- e) o custo implícito do lazer é muito baixo.

49- Se uma empresa paga um "salário de eficiência", então:

- a) a curva de demanda de mão-de-obra se deslocará para a direita.
- b) os trabalhadores não irão "enrolar", mesmo que não sejam monitorados.
- c) a curva de oferta de mão-de-obra se deslocará para a esquerda.
- d) a curva de oferta de mão-de-obra se deslocará para a direita.
- e) produzirá desemprego involuntário.

50- A curva de oferta de trabalho que enfrenta um monopsonista tem inclinação positiva porque:

- a) os monopsonistas somente contratam mão-de-obra especializada.
- b) outras indústrias competem por esses trabalhadores e empurram para cima o salário.
- c) ele deverá aumentar o salário caso queira atrair mais mão-de-obra.
- d) políticas trabalhistas restringem a oferta de mão-de-obra para um monopsonista.
- e) ele tem poder monopólico no mercado de bens finais.

SOCIOLOGIA DO TRABALHO

51- A partir do conteúdo do texto abaixo, considerar a incoerência de uma das opções que dele se deduz.

O conceito de processo de trabalho foi desenvolvido por Marx em *O Capital*, v.I, Parte Terceira, Capítulo V (1867/1968). De acordo com o autor, o trabalho é um processo no qual os seres humanos atuam sobre as forças da natureza, submetendo-as ao seu controle e transformando os recursos naturais em formas úteis à vida. Ao modificar a natureza, o trabalhador coloca em ação suas energias físicas – musculares e mentais. No processo de intercâmbio com as forças da natureza, ele transforma a si mesmo, ao imprimir ao material sobre o qual opera um projeto que já houvera realizado anteriormente, atribuindo um significado ao seu próprio trabalho.

(Rubini Liedke, 1997)

- a) Os elementos componentes do processo de trabalho são: a) a atividade adequada a um fim, o trabalho propriamente dito; b) o objeto de trabalho, a matéria sobre a qual se aplica o trabalho; e c) os meios de trabalho.
- b) O processo de trabalho é processo de produção de mais-valia.
- c) O processo de trabalho é atividade voltada para a produção dos valores de uso para a satisfação de necessidades humanas.
- d) O significado do processo de trabalho é eminentemente qualitativo e refere-se à utilidade do resultado do trabalho.
- e) O objeto de trabalho tanto pode ser a matéria em seu estado de natureza (a terra), como objetos resultantes do trabalho anterior, as matérias-primas.

52- Há uma incompatibilidade de conteúdo entre o sentido do texto abaixo e uma das opções que seguem.

A indústria moderna assenta-se cada vez mais em potentes mecanismos, em grandes conjuntos de forças e de capitais e, por consequência, na extrema divisão do trabalho. Não somente no interior das fábricas as ocupações se separaram e especializaram infinitamente, como cada manufatura é, ela própria, uma especialidade, que supõe outras. Mas a divisão do trabalho não é específica do mundo econômico, pode se observar nas mais diversas áreas da sociedade. As funções administrativas, políticas, judiciárias especializam-se cada vez mais. O mesmo acontece com as funções artísticas e científicas.

(E. Durkheim, 1930)

- a) A divisão do trabalho é um processo sociológico explicativo da transição de sociedades simples para a complexa sociedade industrial.
- b) A divisão social do trabalho é uma lei natural da sociedade, tendo a função de reparar o debilitamento da coesão social baseada na similitude dos indivíduos (solidariedade mecânica).
- c) As funções sociais dividem-se e especializam-se, cooperando, entre si, para manterem a sociedade coesa.
- d) A especialização das funções possibilita, aos indivíduos, um maior desenvolvimento de suas capacidades e potencialidades.
- e) A intensificação da divisão do trabalho tem levado a uma crescente degradação do trabalho e a maior controle e exploração do capital sobre o trabalho.

53- Assinale a única opção falsa a partir do conteúdo do texto abaixo.

No presente contexto histórico, no qual se observa, nas economias capitalistas, desde os anos 70, a transição da base técnica eletromecânica para a microeletrônica, percebe-se que os vários segmentos da força de trabalho são atingidos de forma diversa quando da introdução de inovações.

- a) Os trabalhadores menos qualificados são muito mais atingidos em termos de perda de postos de trabalho.
- b) Os empregos que envolvem atividades rotineiras e repetitivas são menos afetados negativamente pelo processo de inovação tecnológica.
- c) Trabalhadores cujas qualificações estão passando por um rápido processo de obsolescência são muito mais atingidos em termos de perda de postos de trabalho.
- d) As inovações de base microeletrônica exigem dos trabalhadores maior capacidade de abstração, de comunicação e de conhecimentos básicos, razão pela qual trabalhadores mais qualificados são menos afetados pelo desemprego tecnológico.
- e) Um aspecto que poderia contribuir para minorar os efeitos negativos das inovações tecnológicas sobre o emprego está associado à participação dos trabalhadores no processo de incorporação do progresso técnico pelas empresas.

54- A reflexão abaixo permite vários desdobramentos sobre o problema do preconceito e da discriminação no trabalho. Uma das apresentadas é falsa; assinale-a.

Pela sua sutileza, caráter difuso e capilaridade de intromissão nas relações sociais, a eficácia e a ubiquidade do preconceito são máximas, tanto em relação às práticas de controle, como de dominação e subordinação em todas as categorias sociais. Manifesta-se como produtor e reproduzidor de situações de controle, menosprezo, humilhação, desqualificação, intimidação, discriminação, fracasso e exclusão nas relações entre os gêneros, na esfera do trabalho, nas posições de poder, nos espaços morais e éticos e nos lugares de enunciação da linguagem.

(Soria Batista & Bandeira, 2002)

- a) No Brasil, a discriminação no trabalho recebe apenas condenação moral. Em razão disso, aquelas categorias que são alvo de preconceitos na sociedade poderão sofrer discriminações no mundo do trabalho, pois carecem da ajuda jurídica.
- b) Preconceito de qualquer coisa ou preconceito de alguma coisa significa fazer um julgamento prematuro, inadequado sobre a coisa em questão. Supõe que um sujeito/indivíduo portador de preconceito deve poder causar algum prejuízo ao sujeito vítima do dito preconceito, considerando que sempre há um julgamento.
- c) Os múltiplos preconceitos de gênero, de raça/cor, de classe, relativos à deficiência física ou mental, entre outros, têm lugar tipicamente nos espaços individuais e coletivos, nas esferas públicas e privadas.
- d) As demandas nos espaços de trabalho, sobretudo em relação às mulheres, exigem juventude, boa aparência (magreza, altura, cabelos lisos e claros etc.), além da cor branca. As mulheres não-brancas são aceitas na proporção em que tais atributos estejam presentes, associados à sensualidade, evidenciando a manipulação dos componentes do preconceito.
- e) No trabalho, é comum observar discriminações relativas à ocupação dos cargos, promoções e responsabilidades dentro das empresas, baseadas em preconceitos de raça/cor, sexo, origem, aparência etc.

55- A partir do conteúdo do texto abaixo considerar a incoerência de uma das opções que dele se deduz.

A divisão sexual do trabalho é a separação e distribuição das atividades de produção e reprodução social de acordo com o sexo dos indivíduos. É uma das formas mais simples e, também, mais recorrentes de divisão social do trabalho. Qualquer sociedade tem definidas, com mais ou menos rigidez e exclusividade, esferas de atividades que comportam trabalhos e tarefas considerados apropriados para um ou outro sexo.

(Holzmann da Silva, 1999)

- a) A esfera feminina situa-se no âmbito doméstico privado, da produção de valores de uso para o consumo do grupo familiar, da reprodução da espécie e do cuidado das crianças, dos velhos e dos incapazes.
- b) As atividades de produção social e de direção da sociedade, desempenhadas no espaço público, são atribuições masculinas.
- c) A distinção entre trabalho de homens e de mulheres expressa atributos e capacidades inatas aos indivíduos, diferentes em homens e em mulheres.
- d) Os estereótipos de ser homem e de ser mulher sustentam e legitimam a divisão sexual do trabalho.
- e) As mulheres são mais vulneráveis à repressão da organização do processo de trabalho taylorista.

56- Assinale a única opção falsa que pode decorrer da reflexão abaixo:

O mundo do trabalho viveu, como resultado das transformações e metamorfoses em curso nas últimas décadas, uma múltipla processualidade: de um lado, verificou-se uma desproletarização do trabalho industrial, fabril, nos países de capitalismo avançado. Houve uma diminuição da classe operária industrial tradicional. Paralelamente, efetivou-se uma significativa subproletarização do trabalho, decorrência das formas diversas de trabalho parcial, precário, terceirizado, subcontratado, vinculado à economia informal, ao setor de serviços etc.

(Antunes, 1997)

- a) Sob o capitalismo avançado, acontece a supressão ou eliminação da classe trabalhadora. Trata-se de um verdadeiro “adeus ao proletariado”.
- b) A substituição do trabalho vivo pelo trabalho morto oferece, como tendência, a possibilidade de conversão do trabalhador em supervisor e regulador do processo de produção.
- c) Pode-se constatar, de um lado, um efetivo processo de intelectualização do trabalho manual. De outro, uma subproletarização, expressa no trabalho precário, informal, temporário etc.
- d) A década do 80 presenciou, nos países de capitalismo avançado, profundas transformações no mundo do trabalho, nas suas formas de inserção, na estrutura produtiva, nas formas de representação sindical e política.
- e) A metamorfose no universo do trabalho configura um processo contraditório, que qualifica em alguns ramos e desqualifica em outros.

57- Assinale a única reflexão falsa, entre as cinco opções apresentadas, extraída do texto abaixo:

O taylorismo é uma estratégia patronal de gestão/organização do processo de trabalho e, juntamente com o fordismo, integra a Organização Científica do Trabalho. Conjugado à utilização intensiva da maquinaria, sua ênfase é no controle e na disciplina fabris, com vistas à eliminação da autonomia dos produtores diretos e do tempo ocioso, como forma de se assegurarem aumentos na produtividade do trabalho.

(Cattani, 1997)

- a) Desde os primórdios do capitalismo, a organização da produção esbarrou na autonomia dos produtores diretos e na sua capacidade de definir a seqüência das tarefas e os ritmos do trabalho.
- b) O taylorismo estimula o desempenho individual através de salários e prêmios por produção.
- c) Desde o início o modelo de produção taylorista se deparou com a resistência operária.
- d) O princípio básico do taylorismo é a unidade programada da concepção e da execução da produção.
- e) Organizado pelo taylorismo, o trabalho transfigurou-se em atividade fragmentada, repetitiva, monótona e desprovida de sentido.

58- Assinale a única reflexão falsa a partir do conteúdo do texto abaixo:

Neste novo mundo organizacional, caracterizado pelo trabalho flexível, não existe tempo ou razão para relacionamentos duradouros. O foco é o curto prazo. Também não há espaço para relações desinteressadas. Tudo deve ter uma finalidade. Afinal, precisamos de resultados rápidos. Se o velho sistema, que permeava as organizações tradicionais, baseava-se no controle rígido e onipresente da supervisão, o novo baseia-se na pressão e no controle exercidos pelos pares.

(Cf Sennet, 1999)

- a) A moderna ética do trabalho concentra-se no trabalho de equipe. Celebra sensibilidade aos outros; exige aptidões delicadas, como ser bom ouvinte e cooperativo; acima de tudo, o trabalho em equipe enfatiza a adaptabilidade às circunstâncias.
- b) As exigências de polivalência e flexibilidade, a duração cada vez menor e o vínculo cada vez mais tênue das relações de trabalho enfraquecem valores como o compromisso, a confiança e a lealdade, todos fundamentais para a consolidação do caráter.
- c) Na moderna organização existe uma ficção: trabalhadores e chefes não são antagonistas. O chefe administra o processo de grupo. Ela ou ele é líder. O jogo de poder é jogado pela equipe contra equipes de outras empresas.
- d) O desenvolvimento do caráter e da identidade depende dos relacionamentos e das ligações que estabelecemos com outras pessoas e com as instituições. O mundo do trabalho atual, caracterizado pela flexibilidade, leva à corrosão do caráter.
- e) A ética do trabalho afirma o uso autodisciplinado de nosso tempo e o valor da satisfação adiada. Essa disciplina depende, em parte, de instituições suficientemente estáveis para a pessoa praticar o adiamento.

59- A reflexão abaixo permite várias afirmações sobre a psicopatologia do trabalho. Uma das apresentadas é falsa; assinale-a.

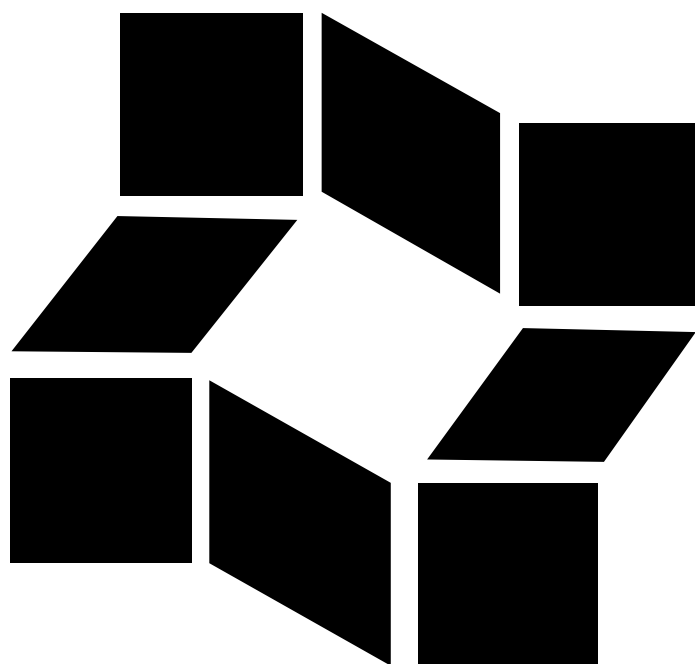
A Psicopatologia do Trabalho (cf. Dejour) centra sua análise nas experiências e vivências dos trabalhadores(as) no cotidiano de trabalho. Sob essa ótica, estão em evidência as formas de expressão do sofrimento advindo do trabalho. Trata-se de tematizar o sofrimento no trabalho e as defesas coletivas contra a doença, evidenciando os vínculos entre pressões do trabalho e defesas e não entre as pressões do trabalho e as doenças.

- a) Na perspectiva da psicopatologia do trabalho ressaltam-se as estratégias defensivas coletivas, construídas para suportar e lutar contra o sofrimento advindo do trabalho.
- b) O reconhecimento no trabalho possui importante função nas possibilidades de saúde mental dos trabalhadores. Existe o reconhecimento pela hierarquia e o reconhecimento pelos pares ou pelos colegas de trabalho.
- c) A noção de saúde mental no trabalho sugere as possibilidades que os trabalhadores forjam de alterar as condições de trabalho causadoras de sofrimento.
- d) O sofrimento no trabalho diminui à medida que os conhecimentos práticos ou tácitos dos trabalhadores são transformados em prescrições.
- e) O reconhecimento que advém da família e da sociedade com relação à atividade realizada desempenha importante papel na saúde mental do trabalhador.

60- Assinale a única opção falsa que pode decorrer da reflexão abaixo:

Em países como o Brasil, as elites econômicas e políticas conseguiram impor, ao movimento sindical, princípios organizativos e de ação distanciados da natureza original do sindicalismo. A tutela estatal representou o fracasso programado do movimento sindical, pois subordinou-o às necessidades de controle da força de trabalho, sem contrapartida duradoura no que tange a salários, condições de trabalho e de promoção profissional, entre outros aspectos.

- a) O modelo corporativo de relações de trabalho, estratégia implementada pelas elites que chegaram ao poder com a Revolução de 30, colocou os sindicatos numa verdadeira camisa-de-força.
- b) Na Consolidação das Leis do Trabalho (1943) ficou sistematizado um complexo emaranhado de dispositivos legais, submetendo os sindicatos à tutela do Estado em troca de vantagens corporativas.
- c) Este sindicalismo de reivindicação e participação foi marcado pelo pragmatismo reformista.
- d) As centrais sindicais foram proibidas, bem como o intercâmbio internacional. A tutela estatal esbarrou a entrada dos sindicatos nos locais de trabalho e dificultou a prática da negociação direta.
- e) A Constituição de 1988 aboliu a possibilidade de intervenção e de controle das atividades sindicais por parte do Estado, mas manteve o princípio organizativo do sindicato único por categoria e por base territorial, o imposto sindical e o monopólio da representação.



ESAF



CONCURSO PÚBLICO PARA AUDITOR-FISCAL DO
TRABALHO - 2003

GABARITOS (antes dos recursos)

Prova 3 (aplicada em 14/12/2003 - DOMINGO-TARDE)

Questões					
01 - B	11 - C	21 - A	31 - A	41 - A	51 - B
02 - E	12 - C	22 - D	32 - E	42 - D	52 - E
03 - C	13 - D	23 - D	33 - C	43 - C	53 - B
04 - D	14 - A	24 - B	34 - B	44 - A	54 - A
05 - A	15 - E	25 - E	35 - E	45 - E	55 - C
06 - E	16 - E	26 - E	36 - D	46 - B	56 - A
07 - B	17 - C	27 - C	37 - A	47 - D	57 - D
08 - D	18 - A	28 - D	38 - A	48 - B	58 - E
09 - B	19 - B	29 - C	39 - B	49 - E	59 - D
10 - A	20 - D	30 - B	40 - C	50 - C	60 - C

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA EXECUTIVA
ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO FAZENDÁRIA - ESAF
EDITAL ESAF Nº 06, DE 21 DE JANEIRO DE 2004
CONCURSO PÚBLICO PARA AUDITOR-FISCAL DO TRABALHO

O DIRETOR-GERAL DA ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO FAZENDÁRIA-ESAF, no uso de suas atribuições, observadas as disposições contidas no Edital ESAF nº 44, de 04/11/2003, publicado no Diário Oficial da União de 05/11/2003 e em acolhimento aos pronunciamentos da Banca Examinadora emitidos em razão dos recursos apresentados às Provas

Objetivas 1, 2 e 3 do concurso público para o cargo de Auditor-Fiscal do Trabalho, realizado nos dias 13 e 14 de dezembro de 2003, resolve:

I - ANULAR as questões abaixo relacionadas e atribuir os pontos a elas correspondentes a todos os candidatos, independentemente de terem os mesmos recorrido:

- a) na prova 1 - a questão nº 14, da disciplina Língua Portuguesa;
- b) na prova 2 - as questões nºs 09 e 10, da disciplina Direito Constitucional;
- c) na prova 3 - as questões nºs 08, 10, 12, 15 e 17 da disciplina Direito do Trabalho;

II - ALTERAR as respostas das questões a seguir indicadas, em seus respectivos gabaritos:

- a) na prova 1 - a questão nº 51, da disciplina Informática, da letra "B" para a letra "A";
- b) na prova 2 - a questão nº 18, da disciplina Direito Administrativo, da letra "C" para a letra "D";
- c) na prova 3 - a questão nº 01, da disciplina Direito do Trabalho, da letra "B" para a letra "C";

III - VALIDAR os gabaritos divulgados, para fins de recurso, com as anulações constantes do item I e as alterações constantes do item II, ambos deste Edital;

IV - JULGAR improcedentes os demais recursos apresentados;

V - DIVULGAR, em anexo, a relação dos candidatos aprovados no concurso, observados os critérios de habilitação e classificação e de desempate estabelecidos, respectivamente, nos subitens 9.1, 9.2 e 9.3, do Edital ESAF nº 44/2003, regulador do concurso;

VI - CONSIDERAR reprovados, para todos os efeitos, os demais candidatos, de conformidade com o subitem 9.4 do supracitado Edital, observado o subitem 12.3 do mesmo Edital.